

# A CONDIÇÃO DO POLICIAL MILITAR EM ATENDIMENTO CLÍNICO: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE ADOECIMENTO, SOFRIMENTO E MEDO NO CONTEXTO PROFISSIONAL

## THE CONDITION OF MILITARY POLICE OFFICERS IN CLINICAL CARE: ANALYZING WORK-RELATED NARRATIVES OF ILLNESS, SUFFERING AND FEAR

Larissa Jucá de Moraes Sales\*

Leonardo Damasceno de Sá\*\*

### Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a condição do sujeito policial militar a partir de suas falas sobre adoecimento, sofrimento, humilhação, vergonha e medo – sentimentos presentes nas narrativas de militares cearenses em situação de atendimento clínico. Interessa-nos saber como os policiais militares significam suas condições de trabalho, como narram suas histórias de vida a partir dos novos pertencimentos, enquanto sujeitos, classificados por instâncias de

saúde, como portadores de perturbações mentais. Compreender como entendem o seu processo de tratamento no contexto interacional da própria instituição de trabalho é o nosso escopo geral. Tomaremos como suporte as experiências inscritas em suas histórias, percebendo como são constitutivas dessa realidade social. A partir das narrativas dos sujeitos, refletiremos como a instituição Polícia Militar produz ações que, no ponto de vista de alguns de seus integrantes, contribuem para o adoecimento da “tropa”<sup>1</sup>.

\* Mestre em sociologia pela Universidade Federal do Ceará e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (Fortaleza/CE/Brasil). [larissa.sales@gmail.com](mailto:larissa.sales@gmail.com).

\*\* Doutor em Sociologia e Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (Fortaleza/CE/Brasil), pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência e do INCT - Violência, Democracia e Segurança Cidadã. [leonardo\\_sa@uol.com.br](mailto:leonardo_sa@uol.com.br).

1. Na linguagem nativa, “tropa” se refere à classificação do coletivo de militares. É um termo que expressa o espírito de corpo dos militares e sua cosmovisão, como relatam as etnografias de Castro (1990), Leirner (1997) e Sá (2002), entre outros trabalhos.

Entendemos que as narrativas dos policiais militares são objetivadas pelo conjunto institucional, cujo campo social se situa na luta e na competição interna da corporação (BOURDIEU, 1996), no universo classificado como “militarismo” – termo com o qual apresentam o modo de dominação da organização corporativa militar, historicamente marcada pelas exigências de ordem, silenciamento e autoritarismo (SÁ, 2015) –, o que nos faz pensar na relação entre corpo, gesto e palavra como algo central para a análise dos agenciamentos dos atores sociais frente à sua condição de adoecimento. Afinal, como discute Sherry Ortner (2006), a agência da subjetividade dos atores sociais passa pela análise dos seus modos de percepção, afetos, desejos, pensamentos, medos e formações culturais no campo de suas práticas de poder. Como destaca a autora, o medo também faz parte da agência dos sujeitos sociais. Ademais, quando Charles Taylor (2007) discute que a dimensão da responsabilidade é fundamental para se pensar a agência das pessoas na vida coletiva, pode-se perguntar até que ponto as experiências opressivas de medo capacitam os atores sociais para enfrentar o desafio de construir um *self* responsivo nesse sentido. Do ponto de vista da construção social da pessoa, a distinção reflexiva entre o *self* e os outros é fundamental para a afirmação do sentido ético das ações (OLIVEIRA, 2006). Não é à toa que policiais militares repetem em suas falas sociais a ideia de que transferem violentamente para a sociedade o tipo de violência que sofrem em sua socialização profissional.

Assim, essas narrativas de dor e adoecimento nos interessam em um sentido estritamente ligado ao contexto da unidade de atendimento clínico pesquisada, mesmo que algumas generalizações possam ser

inferidas desses materiais situados. Para a elaboração dessa construção, baseamos-nos em usos simbólicos que fundamentam o universo cotidiano dos policiais militares em tratamento, uma vez que tais usos estão apoiados em experiências concretas e vivências ocupacionais que dão sentido e significado às narrativas, sendo essas ferramentas conceituais inspiradas teoricamente em dois modos. De um lado, pela forma como Herzfeld (1987) problematiza a relação entre matriz narrativa e estratégias retóricas, com suas operações de diglossia e heteroglossia, ao analisar as falas e os discursos sobre fronteiras simbólicas na Europa; de outro, como Pierre Bourdieu (2000) discute a relação entre práticas de sentido e estratégias simbólicas de incorporação de relações de poder.

Assim, tais usos simbólicos promovem atos de nomeação que contribuem para construir uma realidade social e histórica da *hexis* corporal dos indivíduos (BOURDIEU, 2000), enraizada nos processos de idealização, simbolização ou de neutralização dos sentidos do adoecimento, dor, sofrimento e medo, no contexto de trabalho desses indivíduos. Entendemos que refletir sobre a atividade policial sob essa ótica é entender um dos alicerces do campo da segurança pública, no qual as condições de subjetivação de seus profissionais apresentam-se como um dilema existencial, prático, vivido, com efeitos sobre a natureza do trabalho policial. Esse dilema seria vivenciado pelos sujeitos como manifestação prática da política institucional, em alguns casos, potencializando as “aflições psíquicas” de uma tropa armada, o que é interpretado pelos próprios policiais militares como uma situação-limite.

Do ponto de vista do policial militar em atendimento, uma série de eventos promo-

vidos pela instituição, tais como palestras, terapias em grupo e atendimentos individualizados, provocam mudanças em suas rotinas profissionais e, principalmente, na base intersubjetiva de sua experiência de trabalho. Durante esses eventos, sobretudo nos que envolvem práticas de terapia de grupo, os sujeitos produzem falas sobre si e sobre suas vidas sociais no contexto da interação, envolvendo sofrimento, discursos sobre humilhação e vergonha, e a rotulação de sua condição policial sob a etiqueta do problema de saúde (BECKER, 2008). Como veremos a seguir, há, por intermédio das falas dos militares e do ponto de vista de suas relações sociais, diversos processos de “crise” de autoimagem (SÁ, 2002).

Dentre os fatores elencados como causas dos adoecimentos, aparecem prioritariamente as condições insalubres próprias do trabalho policial militar. Essas estão expressas nos discursos de denúncia, nos quais os militares aparecem como submetidos a escalas exaustivas. Muitas vezes estão associadas ao desgaste físico, ao “stress” e ao sofrimento psíquico, além do próprio risco de morte que a profissão carrega. Essas condições provocam danos psicológicos, às vezes em caráter permanente, que, em casos mais graves, levam ao suicídio. Ainda segundo o ponto de vista dos policiais, outros elementos também podem ser propiciadores de sofrimento: o medo de obter alguma lesão; a incerteza dos julgamentos morais dos outros; o tédio das atividades repetitivas; a confusão entre os interesses pessoais e os da corporação; e também a má remuneração (FERREIRA; MENDES, 2001).

Nossa experiência de pesquisa está baseada em experiência de campo realizada no Centro Biopsicossocial da Polícia Militar do Ceará (PMCE) ao longo de um ano,

com frequência diária ao lócus, realizando conversas informais e escrevendo diários de campo a partir da interação com esse ambiente institucional. Na oportunidade, estivemos presentes no cotidiano de tratamento desses sujeitos, participando das terapias em grupo e nas palestras motivacionais. Foi nesse local que conhecemos e elencamos os nossos interlocutores. Para aprofundar as questões de análise, partimos para entrevistas em profundidade com os militares. Assim, o contexto da entrevista é a escolha principal para a fundamentação deste artigo. Nesse sentido, percebemos a entrevista como um recurso, como sugere Pierre Bourdieu, que é “fundado na própria realidade do mundo social e contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo, e, em particular, inumeráveis sofrimentos oriundos do choque de interesses” (BOURDIEU, 1997, p. 12). A escuta das falas nos propiciou compreender melhor como os policiais militares relatam seu sofrimento social.

## 1. Conhecendo o campo – Centro biopsicossocial da PMCE

Para contextualizar essa análise, consideramos pertinente situar o leitor sobre o campo institucional em que estávamos inseridos, o local onde é realizado o acompanhamento e tratamento de policiais em situação de atendimento clínico. Localizado em um polo que congrega um complexo de instituições policiais militares da corporação, o Centro Biopsicossocial (CBS) funciona ao lado de uma clínica de fisioterapia e de reabilitação de policiais, de um centro odontológico, do antigo Hospital Geral da Polícia Militar e da Diretoria de Saúde e Assistência Social. Esse complexo institucional é parte do circuito de tratamento do

policial militar que está em algum processo identificado como de adoecimento.

Inaugurado em 2009, o CBS reúne diferentes modalidades de tratamento para policiais militares e seus dependentes (familiares), e está relacionado ao controle e à “cura” de enfermidades avaliadas pelo discurso médico e psicológico. Nesse local, há também um acolhimento assistencial, por isso o CBS atende à demanda para “resolver” ou “aliviar” problemas de ordem burocrática, social ou financeira, tais como encaminhamento de cestas básicas, empréstimos de muletas e cadeiras de rodas, e auxílio financeiro. Este último ocorre por meio de um convênio da Polícia Militar com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a partir do qual policiais militares são encaminhados para polos fiscais no interior do estado para prestar serviço de vigilância. Nesse caso, recebem uma gratificação pelos 15 dias de serviços prestados, somados a uma ajuda de custo. Há certo rodízio no envio de policiais militares ao interior, de modo que um policial não presta esse tipo de serviço consecutivamente. Esse mecanismo funciona como dispositivo de poder na distribuição de oportunidades de ganho monetário extra, o que gera circuito de obrigações recíprocas para com os quadros que dirigem o processo de distribuição de benefícios, mecanismos de mediação pelo clientelismo interno à corporação.

Dos diferentes tipos de tratamento oferecidos no Centro Biopsicossocial, o principal é o acompanhamento individual com a psicóloga. Entretanto, há também terapias coletivas e palestras temáticas de cunho motivacional. As palestras acontecem, de preferência quinzenalmente, nas reuniões do grupo intitulado “Resgate da Auto Estima: na busca da cura interior”. Esse grupo abrange cerca de 70 pessoas, dentre as

quais encontram-se policiais militares e familiares em tratamento, que compartilham um momento de relaxamento, aprendizagem e incentivo por meio de práticas de sentido focadas no tema da “recuperação da autoestima”.

A sede dos encontros é o auditório do Centro Odontológico, uma vez que o CBS não possui estrutura física própria para encerrar esse número de pessoas, pois a maior sala do centro comporta, no máximo, 20 pessoas. A terapia coletiva acontece no próprio CBS. O grupo referência é o “Recomeçar”, um grupo menor, com cerca de 20 pessoas reunidas uma vez por semana, que compartilham experiências relacionadas ao enfrentamento da dependência química. Esse grupo é voltado, principalmente, para policiais militares alcoolistas ou usuários abusivos de drogas ilícitas. Com menor frequência, há também as práticas esportivas, modalidade em que um estudante de educação física, soldado da polícia militar, ministra aulas de hidroginástica na piscina do Colégio da Polícia Militar. Por último, destacamos as visitas domiciliares, nas quais a assistente social, tomada de empréstimo dos quadros do Colégio da Polícia Militar, vai à casa dos pacientes, ao hospital ou ao presídio militar. Seu trabalho consiste em elaborar e encaminhar às companhias de origem desses soldados um relatório, descrevendo e relatando sobre as condições mentais de cada um.

Anteriormente, a dinâmica de atendimento no Centro Biopsicossocial acontecia de forma voluntária por parte do policial ou familiar, ou seja, o indivíduo poderia ou não buscar o tratamento, a partir desse serviço gratuito. Entretanto, em 2012, foi publicada uma determinação no boletim interno da PM indicando que todos aqueles que estivessem de licença para tratamen-

to de saúde, de cunho psicológico, deveriam comparecer ao centro para que o seu tratamento fosse “acompanhando” pelos psicólogos da corporação. Muitos policiais chegam ao local com certa resistência, o que denota o estigma que está agregado ao processo de adoecimento. Aqueles que nunca tiveram a experiência de atendimento psicológico afirmam com insistência para as pessoas presentes no CBS que não são “loucos” e não sabem por que estão naquele local. A etiqueta da “loucura” é constantemente colada nos corpos dos policiais militares em tratamento e constitui-se como *estigma* que marca a condição dos sujeitos (GOFFMAN, 1988). Há, por parte da recepcionista do centro, um empenho em informar a esses indivíduos que o CBS “acolhe” pessoas que precisam de um apoio emocional e buscam a “cura” de seus problemas. Trata-se de uma estratégia discursiva de neutralização do modo como os policiais chegam carregando os mais diversos estigmas que por ali se encontram.

Com relação ao número de adoecimentos nessa categoria, é importante destacar que, no Ceará, no ano de 2011, mais de 800 policiais militares foram afastados com Licença de Tratamento de Saúde (LTS), todas elas autorizadas pela Coordenadoria de Perícias Médicas do Governo do Estado. No ano de 2010, a Coordenadoria concedeu aproximadamente 4.325 licenças médicas. Nos primeiros cinco meses, em 2011, 2.085 registros de licenças foram contabilizados. Uma média de 13 licenças concedidas diariamente, como destaca o artigo publicado no jornal *O Povo*, em julho de 2011. Com o número de profissionais reduzido, o discurso da instituição Polícia Militar é de que está enfrentando problemas para “fechar” suas escalas de serviço, o que contribui em parte para a sobrecarga de trabalho dos

demais profissionais. A seguir, aprofundaremos as questões centrais com relação à percepção que os policiais e o espaço institucional têm a respeito do adoecimento desses sujeitos.

## 2. Medo e sofrimento: dificuldades do trabalho policial

Por muito tempo, a imagem do policial militar esteve relacionada ao medo, à opressão e ao autoritarismo. A disputa em torno da memória histórica do regime militar, no Brasil, contribuiu para a consolidação dessa imagem negativa, carregada de simbolismos ligados à truculência desses atores sociais estatais. Para quem sofreu com a ação efetiva da polícia durante esse período, o medo e a repugnância das forças militares e policiais são comuns e frequentes. Segundo sugestões de Nancy Cardia (1997), pode-se afirmar que o medo era difundido pela rede de pessoas com mais acesso à informação sobre o que ocorria nos porões da ditadura e também pelos segmentos da população que sofriam, nas camadas populares e nas médias, mais investidas repressivas dos aparatos policiais.

A difusão do medo era em parte provocada pela arbitrariedade das ações policiais; além disso, podia ser utilizada como uma ferramenta de controle social, pela qual a censura e a incerteza eram estratégias que suscitavam ainda mais medo. Mesmo com o fim da ditadura, as corporações policiais continuaram simbolicamente carregadas com esse traço de autoritarismo e violência que recobrem suas práticas cotidianas. As pessoas passaram a viver entre o medo dos “delinquentes” e o medo da polícia (CARDIA, 1997), já que esta passou a representar um “agente de força” e não um agente “servidor” que garante a segurança

dos cidadãos. Entre nossos interlocutores, há policiais que afirmam que a polícia em vez de se apoiar na “força do direito”, para fundamentar suas práticas, firmou-se no “direito da força”, tornando-se assim agente de defesa do Estado em detrimento da proteção devida à sociedade. Contudo, podemos pensar a condição policial de forma ambivalente.

De um lado, há o prisma relacionado ao medo sentido pelo policial no exercício de suas atividades cotidianas de policiamento, o que é uma porta de entrada valorizada pelos nossos entrevistados. O que ocorre, então, quando o policial tem medo? Se tomarmos as enunciações de policiais militares sobre a atividade laboral, veremos que o medo está inscrito não só no imaginário coletivo sobre a profissão, mas também na forma como eles experienciam a questão da violência e da criminalidade durante a atividade cotidiana. Eles afirmam que vivem “com a violência” e que isso os afeta negativamente; afirmam também que a maioria não percebe isso. Também tratam desse tema relacionando-o ao modo como percebem a forma interna das relações de poder na constituição da corporação, baseadas em práticas de autoritarismo e no modo de dominação que os policiais militares chamam de “militarismo”. Assim, vejamos o depoimento de um de nossos interlocutores sobre esse universo que constrange e gera perda de significação simbólica no espaço social mais amplo:

Essa questão de subordinado e superior, a meu ver, na Polícia Militar há um agravante pelo fato de nós estarmos inseridos no militarismo, coisa que é prejudicial na formação do policial, na questão de lidar com a sociedade e fazer segurança onde que o mais prejudicado torna-se a sociedade. Sendo que na

Polícia Militar, em algumas situações, no caso de oficiais [aspirantes a oficial, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis] e graduados [soldados, cabos, sargentos, subtenentes], eles confundem o termo autoridade com autoritarismo e se utilizam disso aí pra benefício próprio. É uma questão que eu acho muito prejudicial porque [...] o acocho quando vai vindo do superior hierárquico e vai descendo as patentes, ele acaba lá em baixo no soldado e o soldado como fonte de escape vai descontar na sociedade, que é a principal prejudicada. (Trecho de entrevista de um soldado da polícia militar com 15 anos de serviço).

Podendo ser experimentado de várias formas, o medo está localizado no tempo e no espaço em que é vivenciado. Sua reverberação tem influência sobre as percepções e as visões de mundo compartilhadas. Gera ansiedade. Leva à angústia. E algumas vezes ao suicídio, tema que é considerado tabu pela corporação. O medo tem uma característica social na medida em que engendra práticas. Assim, “a partir do momento em que a palavra medo é anunciada em periódicos e noticiários televisivos, ou passa a ser dita por moradores diversos, constata-se que ele produz efeitos sobre o modo como as pessoas se comportam” (BARREIRA, 2011, p. 92).

Pode-se dizer que a percepção do medo é manipulada por intermédio da maneira pela qual o indivíduo se comporta no mundo social, ou seja, pelo uso situacional de suas expressividades simbólicas no contexto de sua experiência vivida (PAIS, 2006). Esse sentimento está inscrito na corporalidade dos atores sociais, de modo a influenciar modos de ser e estar no mundo, em especial gerando um fechamento, uma massa fechada (CANETTI, 1995), no contexto de

interação com o mundo civil na vida cotidiana, um efeito de fechamento no espírito de corpo da tropa (SÁ, 2002).

Embora seja difícil determinar o medo nas atitudes corporais dos sujeitos, devido ao seu caráter difuso, há que se constatar o modo como os policiais militares tendem a esconder seu sentimento de medo para não demonstrar fraqueza diante do inimigo, o que seria contrário às expectativas de valentia elaboradas pelos padrões de avaliação social sobre a condição de policial como “soldado”. Além disso, o medo está em oposição às condições de valentia e coragem requeridas pela socialidade guerreira, que fazem parte da autoimagem do policial no interior de sua corporação. Assim, ele se relaciona com o imaginário construído em torno da covardia e da vergonha, tanto frente ao mundo civil, quanto ao mundo militar do qual faz parte.

O medo pressupõe uma experiência social de fechamento para o que está fora; o medo é um medo dos outros, o medo diante das formas da alteridade, medo de fazer corpo com as diferenças (CASTRO, 2012). Esse sentimento perpassa todos os segmentos sociais, de modo que a forma pelo qual é construído, seu significado e a maneira como se expressa é que vão dar sentido aos sistemas simbólicos mobilizados pelos sujeitos, como sistemas abertos para o uso. Nessa perspectiva, “o medo [...] [é] um dos ecos mais significativos da violência. As situações empiricamente observadas [...] conduzem qualquer empreendedor de uma análise sociológica a refleti-lo como uma construção social” (FREITAS, 2003, p. 101). Para Brito e Barp (2008), o medo está presente no diagnóstico da modernidade, segundo o qual a incerteza, a insegurança, o risco e o perigo são marcas dominantes desse período. Em sua pesquisa, Cardia

(1997) verificou a intensa recorrência da palavra medo em entrevistas realizadas com policiais, o que também vimos com frequência nas nossas entrevistas com os militares do Ceará. Nesse sentido, podemos entender que esse sentimento faz parte do cotidiano desses atores sociais, já que estão mais expostos a situações de perigo e vulnerabilidade por conta da profissão. Eles costumam dizer que acordam, vivem e dormem com a violência.

A realidade de muitos policiais militares encaminha-se para o desencanto e descontentamento acerca da profissão. Escalas exaustivas, seguidas de horas extras de trabalho, às vezes sem remuneração e com treinamento insuficiente, são alguns dos fatores que desmotivam o profissional de segurança pública, segundo eles próprios. Em sua atividade rotineira, os policiais se deparam com situações limítrofes em que o risco de vida é iminente, o que em certa medida gera angústia e sofrimento. Vejamos:

Eu sempre tenho medo de morrer, mas uma que eu cheguei bem perto foi numa rebelião que eu tive que adentrar, primariamente assim no IPPS, isso faz uns seis ou sete anos. Explodiu uma rebelião e a minha viatura tava perto. Eu tava com o Oficial responsável e a gente teve que dar o primeiro combate e a gente chegou e tinham mais de 1500 amotinados e muito fogo... Os caras tacaram fogo em tudo, fizeram bloqueio com mesas, entraram na cozinha e se apossaram de facas, pegaram reféns, tomaram armas dos policiais. Então foi uma situação complicada. Como eu cheguei com duas composições só, então éramos oito nessa época e mais uns três ou quatro policiais que já estavam no presídio. A gente teve que fazer o primeiro ‘adentramento’ e o governador ainda não tinha nem autorizado e a gente tinha que

começar logo, porque o negócio tava complicado e aquelas vozes assim sem saber da onde vinha, dizendo que ia matar a gente e muito fogo, você não sabia nem o que tava acontecendo e fumaça e você entrar num corredor estreito sem saber o que vai ter lá na frente, nessa hora eu me senti assim... Só Deus mesmo para ajudar (Trecho de um depoimento de um soldado da polícia militar com 10 anos de serviço)

Segundo Fernando Nogueira (2007), o medo como emoção social está presente nas relações desequilibradas de poder. Ele distorce e desfigura nossas percepções, de modo que os processos criativos e os sistemas de afetos são bloqueados. Segundo um de nossos interlocutores, as pressões sofridas pelo policial militar nas rotinas militaristas são descarregadas em sessões de espancamentos de civis considerados por eles como vagabundos, principalmente nos horários em que os policiais militares estão cumprindo escalas pela madrugada e encontram pessoas indesejáveis. Esse tipo de relato é recorrente nas falas dos policiais militares. Um tipo de explicação nativa para o modo violento de ser da polícia militar.

Na prática, os policiais militares lidam diretamente com essas relações, melhor dizendo, assimétricas de poder. A hierarquia e a doutrina militar são representações significativas dessas relações. Seguir o padrão rígido de patentes não é problema para o policial. Ele só se torna prejudicial na medida em que há uma série de fatores que contribuem para a humilhação e a desvalorização do indivíduo. Pode-se tomar a situação em que os superiores utilizam o seu cargo para constranger e oprimir aqueles em posição hierárquica relativamente inferior, munidos de um caráter político e autorizado, e fortalecendo

estados de baixa autoestima e desvalorização profissional. Vejamos a fala de um dos nossos interlocutores:

Acontece que a gente via também muitas coisas dentro da corporação, assim, em termo de disciplina, que chocava muito a gente. Muitos abusos, né? Excessos contra os policiais e essas questões deixavam assim muitos traumas psicológicos, vamos dizer assim, o policial desorientava totalmente, né, que ficava, além do fator psicológico, traumas, traumas que aquilo ali influenciava na vida do policial, no seu dia a dia. Por quê? Porque, se ele vai trabalhar com a população, né, ele tem que prestar um bom serviço, então se ele não é bem tratado, né, então aquilo reflete, aquilo reflete, né, no seu atendimento, com certeza, sem dúvida isso reflete. [...] Então, tinha coisas que me doía, porque tinha oficial que colocava a tropa e dava operação e chamava todos os policiais de ladrões. Ora... Se eu vou trabalhar, se eu tô me preparando pra prestar um serviço à comunidade, um serviço de qualidade, e, na hora que eu vou trabalhar, a pessoa me chama de ladrão, sem eu ser? Se você fosse falar, você ficaria preso. Era muito chocante, assim, sabe, pra gente... Então, além desses fatores, outros fatores também, né, que deixavam a gente assim muito angustiado... (sic) Mas a gente seguia em frente, até por falta de conhecimento, pelo baixo nível de escolaridade dos policiais, eles não sabiam assim distinguir o que é disciplina de abuso de poder. (Trecho de depoimento de um soldado da polícia militar com 18 anos em exercício).

Outra dimensão significativa do medo atinge diretamente a questão do corpo do policial militar. Desde o momento em que se tornam policias militares, eles fazem um juramento, segundo o qual prometem de-

fender com o sacrifício da própria vida a defesa do Estado. Esse juramento traz uma dimensão simbólica de que a condição do policial militar é marcada pelo “sacerdócio” e pelo “sacrifício”, já mencionados e aprofundados por Sá (2002).

Essas pressões sobre a corporalidade do indivíduo podem desencadear sérios problemas de saúde, sobretudo psicológicos, como a “síndrome do pânico”, bem como a dependência de substâncias psicoativas: álcool, cocaína e crack são as mais citadas pelos entrevistados em conversas informais. Nossos interlocutores que se autodeclararam dependentes de álcool, inclusive frequentadores de grupos de Alcoólicos Anônimos, narraram as diversas consequências negativas da dependência, como perdas familiares, fins de casamentos, abandono por parte de amigos. Além disso, há um forte estigma sentido pelos policiais que possuem algum grau de alcoolismo, que é refletido no julgamento deles por parte dos colegas e, no caso de superiores, nas prisões punitivas geradas pela dependência que causava faltas ao trabalho, como podemos observar nessa fala:

Muitos policiais enveredaram pelo caminho do alcoolismo, caminhos tortuosos, né? No qual eu também, por esse fato, eu não tenha sido diferente, né? Porque, no tempo que eu estava na corporação, eu me tornei alcoólatra, né? E tive um desequilíbrio familiar também, né? E fui ao fundo do poço. E é muito difícil, você tem que ter muita força de vontade e uma vida espiritual muito elevada, pra que você possa sair deste problema e dar continuidade ao trabalho. Foi quando, um dia, eu tava preso, eu cometi uma ato indisciplinar na corporação e fui preso no 5º Batalhão. E, num dia de domingo, estava preso, e, pela manhã, chegou

um grupinho de pessoas, de umas cinco pessoas, e me fez um convite pra participar dos Alcoólicos Anônimos. Eu não tinha muita ideia do que era, não, mas eu queria me sustentar em alguma coisa, porque eu estava no fundo do poço, e eu aceitei. (Trecho de depoimento de um soldado polícia militar com 15 anos de profissão).

No Ceará, os policiais militares contam apenas com o Centro Biopsicossocial no que concerne ao acompanhamento clínico profissional. Este é considerado o local onde eles podem “desabafar” as angústias da atividade cotidiana. Contudo, se hoje um policial participa de uma ação considerada “desastrosa”, na qual um indivíduo é morto, seja um companheiro ou um “bandido”, no outro dia ele deve ser apresentado novamente ao trabalho; vejamos:

Outro dia eu estava de folga com meus amigos policiais em uma lanchonete quando entrou dois elementos para efetivarem um assalto, nós reagimos quase de cara, quando eles se tocaram que a gente era policial, começou a troca de tiros... Ai foi quando um deles apontou a arma para minha cabeça... Ele atirou! A minha sorte é que a arma “bateu catolé”. O que você acha que aconteceu? No outro dia eu tive que ir trabalhar. Passei dias meio ligado, raivoso e desconfiando de todo mundo. (Trecho de depoimento de um soldado da polícia militar com 10 anos em exercício).

Podemos observar que a percepção dos policiais sobre as más condições de trabalho, aliada a essas pressões que incidem sobre o indivíduo, pode relatar a conexão entre sofrimento laboral e aflições psíquicas, comprometendo, segundo os atores sociais, significativamente a eficácia da própria ati-

vidade laboral e gerando mais sofrimento. Todos os indivíduos passam a ser alvo de atitudes violentas, principalmente aqueles que vivem em bairros mais humildes, dizem nossos interlocutores avaliando o impacto dessa pressão sofrida por eles. Em entrevista, um policial que hoje está afastado da Polícia Militar afirma que muitos de seus colegas de profissão vivem com sequelas físicas e psicológicas por conta do desgaste da atividade cotidiana, e o resultado disso é a violência e a arbitrariedade gratuitas para com a população; “muitos deles descontam sua raiva no primeiro frágil que vê pela frente, geralmente são aqueles pobres marginalizados”. Trata-se daquilo que Elias Canetti (1995) discute como sendo a transferência do aguilhão, que representa passar para o outro as marcas da crueldade e da opressão sofrida no e pelo próprio corpo. Ou, então, nos termos de Richard Sennett (2014), haveria aí uma política de ressentimento em ação.

Esse dilema aflige muitos policiais, e a questão do uso abusivo de substâncias psicoativas, seja pelo consumo excessivo de álcool, seja pelo uso de crack, cocaína, entre outras, é tida na conta de uma das mais difíceis situações de estigma. Segundo nossos interlocutores, ao se relacionar com a droga, o indivíduo tende a se “desestruturar” financeiramente para manter seu “vício”, o que implica na “desestruturação familiar”, categorizações do senso comum duto que foram apropriadas pelo senso comum dos atores sociais estudados na elaboração de suas justificativas. A ênfase dos relatos recai sobre a ideia de que a situação de dependência acaba reverberando na própria condição familiar, no sentido de que esta é quem sofre com a agressividade e o descontrole ocasionados pela dependência. A família e a sociedade são projetadas nos

relatos como sendo os alvos sobre os quais se descarregam as raivas e as frustrações. Muitas pessoas vendem tudo o que têm ou se endividam para continuar com o “vício”:

Eu comecei a beber para aliviar o stress do trabalho. Quando fui ver eu já tinha virado um alcoólatra, eu tava bebendo todos os dias... Quando chegava em casa, queria bater na minha mulher. Acabei com tudo. Perdi minha família, perdi meus filhos e quase perco minha vida. (Trecho de depoimento de um policial militar após atendimento clínico – 30 anos de profissão)

Esses relatos sobre processos de adoecimento deixam marcas, estigmas, que incidem sobre o modo de ver e experimentar o mundo social. Ademais, carregam consigo certo sofrimento psicossocial que reverbera na relação interpessoal, face a face, com os indivíduos que compõem seus círculos sociais, sobretudo, no cotidiano de trabalho. Essa situação altera os padrões de conduta e o dia a dia desses profissionais, como podemos perceber no depoimento público deste policial:

Fico com angústia. Há dois anos, tive uma depressão grande, tentei até suicídio. Desde essa época, venho tirando licença médica. [...] Eu não tenho reconhecimento e a estagnação profissional. Neste tipo de atividade, o indivíduo é acostumado a lidar com riscos relacionados à integridade física [...] já estava estressado, querendo tirar férias, quando me envolvi numa operação que me deixou traumatizado. [...] Antes, eu saía com minha esposa e os amigos todo fim de semana, agora passo dia em casa, deprimido (Jornal O Povo, 11/06/2011).

No próximo tópico abordaremos algumas trajetórias de vida dos nossos interlocutores, marcadas, segundo eles, pelo medo, pela humilhação e pela vergonha. Tais histórias dão mais concretude à argumentação.

### 3. Trajetórias de vidas em crise

Durante duas décadas, o sargento José<sup>2</sup> atuou ativamente no policiamento ostensivo de rua, como integrante da Polícia Militar do Ceará, entre 1992 e 2012, até quando o seu adoecimento o obrigou a suspender suas atividades laborais. Foi no Centro Biopsicossocial da PM, arranjo institucional que descrevemos anteriormente, local onde ele nos concedeu uma entrevista em profundidade a respeito de sua trajetória profissional. Na ocasião, ele elencou como prioridade o itinerário que o levou ao adoecimento, até suas expectativas em torno de sua “sorte” ou destino social, pressionadas pelos eventos de adoecimento, sofrimento e medo que se apoderaram de seu modo de se autointerpretar, a partir da definição de sua situação como sujeito em atendimento clínico na PM.

Ao longo de toda a entrevista, que foi propiciada por contatos de conversações informais não registradas em gravador, tanto com José quanto com outros policiais militares em igual situação, esse policial militar fez questão de enfatizar o sentimento de indignação com a instituição que o afligia, afirmando que o ressentimento estava, inclusive, levando-o a pensar em desistir da carreira na PM. Para compreendermos parte do processo de adoecimento de José,

faz-se necessário retomar sua trajetória de vida, uma vez que, do ponto de vista desse policial, sua vida fora dedicada e controlada inteiramente pelos ditames militares.

José é filho de um policial militar já falecido. O sargento José é, portanto, filho de outro sargento. Uma rede de parentesco e um processo de filiação sendo decididos e reproduzidos na relação com o universo da corporação militar. Essa dimensão de pertencimento intergeracional à PM é fundamental para o modo como ele se define. Além disso, a rede familiar de José emprestou também dois de seus irmãos à corporação, uma vez que eles também seguiram a carreira do pai. Uma família de praças da PM, uma família de soldados, de homens armados. Uma família e seus homens capturados como soldados do Estado.

As lembranças de José a respeito de suas experiências iniciais como recruta, no processo de formação policial militar, em 1992, são marcadas por categorizações centradas em falas de “frustração”, de “humilhação”, de “medo”, de “desprezo”, de “obediência” e de “guerra”. Mas também, pela imagem recorrente de atos de suicídio de colegas de farda, fato que surge no relato de José com insistência. É preciso situar que o relato de José sobre o tema ocorreu no momento em que o tema do suicídio na PM tornou-se público e político, uma vez que as associações de defesa dos direitos dos policiais, como a Associação de Profissionais da Segurança Pública do Estado do Ceará (APROSPEC), passaram a se dedicar a fazer denúncias sobre isso. Segundo os representantes da categoria, a PM estaria escondendo os dados estatísticos sobre suicídios de policiais

2. Cabe ressaltar que, para preservar a identidade dos nossos interlocutores, utilizamos nomes fictícios no sentido de assegurar os cuidados éticos com os sujeitos, considerando o contexto de uma pesquisa que utiliza a condição médica do entrevistado como fonte de análise.

militares. Isso quer dizer que para nós, neste artigo, interessa a dimensão coletiva da fala individual de José; a fala individual foi incitada também pelos agenciamentos de enunciação coletivos, já que, longe de um delírio de ordem individual, a fala dele sobre o problema do suicídio remete à constituição de uma arena pública de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003), direito e interesse ligados à organização do associativismo policial militar no Ceará.

De acordo com a narrativa de José, no curso de formação cerca de 300 homens, com quem conviveu ao longo de seis meses como recrutas da PM, estavam divididos em sete pelotões. O pelotão de José continha cerca de 50 homens. Foi nessa unidade de disciplina e hierarquia que ele concentrou suas vivências e experiências iniciais na PM. Nesse contexto de interação simbólica de tipo militarizado, mas também de natureza interpessoal, de construção de amizade e de inimizade, ele construiu seus principais laços de coleguismo com praças que iriam perdurar ao longo de toda sua trajetória profissional.

Ocorre que, para as lembranças de José, o impacto da mudança de regime do mundo civil para o mundo militar, mesmo sendo filho de policial militar – fato não relacionado em sua fala como diferencial de inserção – foi muito forte e teria abalado o seu “psicológico”. Marchar, fazer ordem

unida, que é um exercício de modelação coletiva do corpo, enfim, a vida militar em si deixava no seu relato o “homem exaustivo”, levava à exaustão de capacidades físicas, mentais e afetivas. A “hierarquia” seria um desses fatores de exaustão. As formas de controle produzidas pelo exercício do poder hierárquico marcam a subjetividade de José por meio do modo como ele enuncia seu processo de adoecimento<sup>3</sup>.

A estruturação da vida diária, segundo princípios da “caserna”, da vida hierarquizada militarizada, como expressa José em seu relato, levava-os a se sentirem tratados pelos superiores como se não fossem humanos. Combate, guerra e obediência eram expectativas coletivas da caserna que os faziam se sentir como se fossem “robôs”, não humanos. José, como indivíduo socializado pelo coletivo militarizado, fala em nome de um “nós” que padece das mesmas dificuldades. O eixo principal dessa formação qualificada por José como “não humana”, além da atitude combatente permanentemente exigida, era a prática constante de ações de “desprezo” e “humilhação” por parte de superiores hierárquicos contra os “subordinados”. José tinha que aprender a “obedecer e ficar calado”. Interessante notar que o ato de nomeação central dessa relação de poder passava pela categorização simbólica dos recrutas pelo uso do termo “monstro”. Os recrutas eram nomeados pelos instrutores

3. Estudos pioneiros na área da psicologia do trabalho têm contribuído para o desenvolvimento de pesquisas, cujo objeto central da análise é o desgaste psíquico. Nesse intento, podemos observar, já no primeiro estudo de Le Guillant (1956), a abordagem sobre a questão da nocividade do intenso ritmo de trabalho, avaliando o desgaste gerado pelo modo de controle do poder hierárquico. Além disso, Guillant constrói um pensamento que balizou estudos posteriores sobre o papel da *organização do trabalho*, buscando entender o modo como são construídos constrangimentos, por meio de imposições e pressões, sendo estes capazes de desestabilizar o equilíbrio psicológico dos trabalhadores. Para o autor, “as condições que marcaram a história de vida e trabalho mostraram-se indissociáveis dos processos de adoecimento” (GUILLANT, 1956, p. 45).

como “monstros”, “bichos” e, na avaliação retrospectiva desse policial, e de todos os demais entrevistados, “isso aí já se tornava uma humilhação de modo geral”. Esse ato de nomeação negativa relaciona-se com o que Teresa Carreiro (2003) chama de *humilhação implícita*, ou seja, aquela que atua não no corpo orgânico do indivíduo, mas, principalmente, na sua subjetividade, fazendo-o se sentir desvalorizado, gerando ressentimento e vergonha no seu corpo social.

Ademais, as lembranças de José remetem também a outras privações que envolvem a má alimentação e a presença de ratos e baratas no refeitório dos recrutas, o “rancho”, como era nomeado nos meios militares. Ali eles realizavam a prestação de serviços gerais de limpeza, de retirada de escombros, de quebra de paredes, ou seja, de uma série de atividades que remetem às ações de labor em situação de subalternidade na vida social brasileira, e que, enfatizada em sua fala de interpretação de sua “missão” profissional, fugiria das funções atribuídas a um policial militar, uma queixa que é constante. Ela pode ser identificada como recorrente em várias falas: a imagem de que o trabalho braçal funciona como fonte de humilhação social do recruta. Edith Seligmann-Silva (2011) reflete sobre essas experiências de *desrespeito*<sup>4</sup> que constituem parte da vivência de trabalho e observa que elas geram problemas sérios de autoimagem negativamente elaborada.

Nesse contexto, as punições físicas, como ficar duas horas “em pé no Sol quente”, em pleno meio-dia, no clima escaldante do Ceará, ou ser preso no final de semana no quartel por não ter batido continência

para um superior, levaram esse policial a abordar no contexto da entrevista a questão da liberdade da pessoa, uma vez que, na PM, o que ocorre, para ele, é a privação da liberdade e, principalmente, do que ele chama de privação da “liberdade de expressão”. Para José, não poder “se expressar de forma livre como cidadão comum” é um diferencial negativo, é uma desvantagem do PM frente ao mundo civil. Ele relata que não tinha a consciência disso quando foi recruta, em 1992, pois sentia essa falta de liberdade, mas não sabia como refletir sobre isso. Foi apenas com a aprendizagem de que a condição de PM estava centrada em um arranjo institucional no qual apenas “deveres e obrigações” eram acionados que ele começou a refletir sobre a exclusão do PM frente ao universo dos “direitos” do mundo civil. Foi uma tomada de consciência reflexiva de sua condição prática de sujeição. Mesmo numa situação de forte opressão e de adoecimento, a reflexividade humana não desaparece do curso da ação social, pois as forças que a modelam não podem ser compreendidas num determinismo causal que expelle a conduta reflexiva da agência humana (GIDDENS, 2009). E muito menos sua consciência moral, pois, para José, manter-se “honesto” e “idôneo” são princípios de conduta para salvaguardar a dignidade própria no itinerário de abusos sofridos no ambiente militarizado de formação e trabalho, uma vez que, sob seu ponto de vista, a “honestidade” e a “idoneidade moral” são atributos da pessoa humana, em meio a um ambiente de “abuso de poder” e de “corrupção” e que, por isso, não é fácil manter essa orientação da pes-

4. Outro autor que trabalha essa questão é Axel Honneth (2003). Nele, interessa-nos, sobretudo, a ideia de que uma teoria do reconhecimento é imprescindível para que se possa pensar a dimensão moral e ética na relação com as formas da alteridade.

soa, pelo menos, “não é tão fácil dentro da corporação”.

Ser obrigado a executar contra a própria consciência atos suscitados por “ordem ilegal”, como a fala de José revela pelo significado e pela entonação emocional ao falar disso, é fonte de sofrimento e de insatisfação (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Ou seja, para quem pensa como ele, em uma busca por “justiça igualitária” entre os homens, a humilhação e a falta de respeito de superiores hierárquicos contra subalternos gera, para José, um crescente ambiente de desrespeito mútuo no contexto ocupacional que afeta negativamente toda a coletividade. O adoecimento de José parece revelar a dinâmica de um adoecimento coletivo. É a interpretação que José insiste em nos sugerir com suas falas.

A recusa de José em ser nomeado como “bicho”, “monstro” e em ser tratado como animal e não como humano, tendo assim o direito negado a ser “pessoa”, diante da forte resistência do mundo social militar que resiste em reconhecer como legítima essa recusa, torna-se, dita por José, uma insuportável fonte de sofrimento (CARRETEIRO, 2003; HONNETH, 2003; SELIGMANN-SILVA, 2011). Para ele, os oficiais da PM, como superiores hierárquicos, “estão enganados” em pensar que “nós, os praças, somos mentirosos e fazemos coisas ilícitas”. Diante dessa pressão, definida na relação de dominação, o lugar do soldado como objeto de desconfiança que gera vigilância, controle e punição, revela, para José, algo sobre sua atual situação de atendimento clínico, ou seja, sobre o contexto de produção social do seu adoecimento. O sintoma de José aponta para um mal-estar dos policiais militares no militarismo, aponta para uma patologia do social, nos termos em que Christian Dunker (2015) problematiza. Se

a lógica do condomínio, analisada pelo autor, revela um sintoma conectado a uma topologia da segregação, pode-se aventar que a lógica do quartel é tão segregadora quanto à do condomínio, uma segregação disciplinar que objetiva o indivíduo para não se autoconhecer como pessoa, como humano, mas como monstro, bicho, nada – ambas despertam o sentimento de vazio, de indeterminação. Todavia, o quartel recorre menos às formas de controle subjetivo, baseadas na construção do “eu” livre, do “eu” livre para o mercado – a referência, no caso, é a do quartel.

Assim como José, Antônio, que iniciou sua carreira militar em 1992 e que, atualmente, ocupa o posto de cabo da polícia militar, relata ter dedicado metade de sua vida ao serviço do Estado. Em entrevista, também no contexto interacional do CBS, Antônio nos falou que estava buscando tratamento devido à sua situação financeira e de saúde, pois achava muito difícil suportar sua condição, estando “quase insustentável” viver. No seu contexto familiar, convive, há mais de dez anos, dividido entre duas mulheres, duas companheiras, com as quais tivera oito filhos – cinco com uma e três com a outra. As duas sabem da existência uma da outra e vivem em constante “guerra”. Além do impasse familiar, para o qual ele não consegue determinar uma escolha definitiva, o policial militar assume a condição de dependente de álcool, com quase 20 anos de uso. Ele considera que o ponto de partida dessa trajetória, avaliada por ele como negativa, teria ocorrido devido ao estilo de vida adotado na juventude, quando sua “turma” se reunia para as “farras”.

Assumindo estar em um estágio crítico de dependência, o policial justifica o consumo da bebida em momentos de crise. Na sua visão, ele avalia que seu “relaxamen-

to” está relacionado à ingestão de álcool, numa tentativa de esquecer e escapar, momentaneamente, de seu *sofrimento*. Nessa sua racionalização, o episódio ápice de sua última crise teria acontecido alguns dias antes de nossa conversa. Antônio havia bebido excessivamente, e teria, de acordo com suas palavras, “passado dos limites”. Foi em direção à sua casa, discutiu com uma de suas mulheres, fato que culminou na sua falta ao serviço por conta do que chama de “ressaca moral” (sentia-se envergonhado pelo acontecido) e por motivos físicos (devido às dores de cabeça e ao cheiro de álcool que estava impregnado em seu corpo). No dia seguinte, apresentou-se em uma companhia no interior, local onde teria sido destacado para prestar serviço durante o período do Carnaval. Ao retornar para Fortaleza, novos episódios com a bebida ocorreram, propiciando mais faltas ao serviço. Cansado dessa rotina, Antônio contou que teria procurado seu comandante para pedir ajuda. Nesse encontro, seu superior teria dito que não o ajudaria e que, na verdade, iria pedir sua expulsão da polícia, pois o considerava “um inconveniente para a corporação”. Com a voz embargada, continuava a falar lentamente, como se tentasse segurar o choro; o policial disse ter implorado pelo “amor de Deus”, para que o comandante não pedisse sua expulsão, pois sua família dependia de seu trabalho. Ao lembrar tal evento, Antônio disse que este teria sido o episódio de maior humilhação que teria passado ao longo de sua trajetória profissional na PM. No encontro com o comandante, o policial falou que preferia morrer, pois assim ainda restaria a pensão para seus filhos. O policial relatou que ainda ouviu o próprio comandante afirmar que preferia vê-lo morto e que isso seria um favor que Antônio faria à corporação

policial militar. Por tudo que ouvira, para finalizar sua versão sobre a admoestação que sofrera, Antônio relatou que, em tom de condenação moral, o comandante disse: “seria um prazer enterrá-lo”. Essa situação, avaliada por Antônio como vergonhosa, humilhante, também foi abordada por Carreteiro (2003) em suas consequências de desrealização da pessoa.

Em sua trajetória de tratamento, Antônio passou por várias intervenções psiquiátricas, com intervalos de melhora e retorno ao uso abusivo de álcool. Entre internações e recaídas, o policial informou que aquela situação teria sido a “gota d’água” de seu sofrimento e a “entrada” na “depressão”. Do ponto de vista desse policial, a humilhação sofrida trouxe à tona sentimentos até então silenciados. Ir ao seu comandante e receber uma retaliação moral gerou mais desestímulo e vontade de beber (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Antônio, com a voz embargada durante a entrevista, repetia várias vezes: “ele não poderia ter feito isso comigo”, e desatava a chorar, ao passo que parávamos a nossa conversa até que ele pudesse se recuperar, pois insistia em continuar a interlocução. Demos a ele, inclusive, a opção de encerrar a entrevista, mas ele sinalizou que gostaria de continuar a falar mesmo sob a forte emoção. Com um suspiro demorado, retomou a palavra e começou a relatar uma de suas tentativas anteriores de suicídio. Na primeira vez, Antônio teria tentado se enforcar no quarto de sua casa. Em suas imagens mentais, lembrava que não tinha pulado da cadeira, mas apenas se ajoelhado. Um de seus filhos, que passava pelo quarto, naquele exato momento, o encontrou pendurado, correu e foi chamar a mãe que, com uma faca, cortou a corda na qual o policial estava pendurado.

Antônio já tinha sido preso, recebendo punições disciplinares militares várias vezes por faltar ao trabalho, e também já tinha estado de licença médica para tratamento de saúde outras inúmeras vezes. O policial relatou que, do ponto de vista do comando militar, era considerado um estorvo para a instituição, uma mancha para a imagem do policial, e que a instituição queria livrar-se dele para “se livrar do problema”, referindo-se a ele próprio. E assim se produz a preferência por sua expulsão, justificada pelo código militar, pelo qual o abandono do trabalho significa deserção e o alcoolismo pode estar associado à má conduta moral do indivíduo.

O fio condutor dessa narrativa de dor, sofrimento e perda foram memórias individuais de humilhação que, na concepção de Antônio, justificariam parte considerável de seu adoecimento psíquico. A humilhação e o descaso com o seu sofrimento e a sua dor são pontos de maior ênfase nas suas falas de desgosto pela vida profissional. Ele está lançado nas zonas do abandono (BIEHL, 2008, p. 425). Há uma descrença no seu próprio potencial, uma vergonha da moléstia, um desconhecimento de si, uma valoração negativa do *self*, produzida pelo modo como a corporação policial militar desrealiza a vida profissional de Antônio, expulsando-o da possibilidade do pertencimento social ocupacional. O *ethos* guerreiro (ELIAS, 1997) já não parece condizer com a realidade da impotência de Antônio como soldado adoecido e esquecido.

Nesse contexto, observamos que a desrealização corporal está expressa nas narrativas de perda dos licenciados como Antônio, e a experiência da dor e da doença provocam uma descontinuidade no “curso natural da vida”, como uma espécie da *pausa* até que a pessoa seja “curada”. Essa interrupção es-

taria ligada ao período de afastamento da atividade ocupacional até o reestabelecimento da saúde do indivíduo. Para comprovar o afastamento do trabalho, o “doente” procura um especialista, um médico que justifique tal fato. No caso de um resfriado, por exemplo, talvez um ou dois dias sejam suficientes; já quando se trata de “doenças mentais”, essa pausa pode ser de meses e até de anos, como os relatos nos revelam.

As duas trajetórias apresentadas se entrecruzam na medida em que abordam de diferentes perspectivas a condição de um sujeito “humilhado” e socialmente desvalorizado. Em um ponto, há um sujeito que fala da humilhação como parte de sua formação; no outro ponto, há um sujeito que se sente humilhado por não estar de acordo com a norma do que é ser policial. Como podemos perceber, esse é um sentimento que faz parte da construção do que é ser policial na prática efetiva do militarismo. A questão que se coloca é perceber que a humilhação está relacionada à condição de menosprezo, rebaixamento e opressão entre superiores e inferiores hierárquicos.

Para esses sujeitos sociais, relembrar sua trajetória de vida institucional não é simplesmente contar uma história de tristeza, mas diagnosticar a situação de trabalho em que estão situados e na qual há um potencial crítico no adoecimento. Esses policiais acreditam fazer parte de uma “classe policial oprimida”. Eles usam esse discurso público para denunciar que fazem parte de uma “classe” esmagada por uma cadeia hierárquica baseada no “militarismo”, justificado pelo código disciplinar institucional. Mas a crítica que se faz não se relaciona apenas com a disciplina e a hierarquia que os subordinam. O principal alvo da crítica é o excesso. É o modo como superiores usam mecanismos disciplinares e hierárquicos

para cometer “abusos”. Como exemplo, destacamos a fala de um dos sujeitos da pesquisa:

Você ser um pouco rigoroso e rígido dentro da disciplina é diferente, mas de você querer desfazer dos seus subordinados? O simples fato de você ser superior hierárquico e de você querer se prevalecer da hierarquia? Porque eu sou sargento e ele é tenente, ou então ele é... Ele é major, ele me dá uma ordem, eu sabendo que é uma ordem ilegal e eu for contestar?... “Sargento”, não, se eu for contestar: “Tenente? Major? a ordem é ilegal”, ele vai logo dizer assim: “Rapaz, eu estou lhe dando a ordem, você tem que só cumprir”, é o que acontece dentro da corporação. (Trecho de entrevista com Sargento da polícia militar com 25 anos de carreira).

Na pesquisa desenvolvida por Thomazi (2008), a hierarquia militar “se sobressai como um valor especial, pois é capaz de superar a própria individualidade, aparecendo como um mecanismo superior de observação e de controle” (THOMAZI, 2008, p. 128). Sobre esse ponto, nossos interlocutores revelaram que não se tem o direito de opinar, somente de obedecer ao seu superior hierárquico. Há uma reivindicação de cidadania por parte dos militares, nesse sentido. Claro que não se pode generalizar essa informação, mas sua recorrência nas falas dos militares é reveladora de um novo contexto histórico.

Do ponto de vista nativo, a crítica se coloca contra o abuso de poder, como uma forma de disciplinarização que coloca em cheque os valores morais do indivíduo, gerando sofrimento e humilhação. Em conversa com outros policiais, percebemos que para alguns a questão política interna também está presente em suas narrativas

de sofrimento, não pelo fato de existir tal situação, uma vez que ela é tida como “natural”, mas porque gera insatisfação e um sentimento de injustiça por não reconhecer uma igualdade de tratamento e oportunidade, embora, segundo eles, seja previsto em lei haver direitos e deveres. A lógica do “pistolão”, do “peixe”, ou seja, da troca de favores, do clientelismo nas redes de poder da instituição, também gera mal-estar. Tal perspectiva é representada na fala de nossos entrevistados, quando dizem:

No sentido, assim, de ela [a PM] ser vulnerável à política. Por exemplo, vem uma determinação pra transferir um soldado, um cabo, um sargento ou até mesmo um oficial para um determinado local que ele queira trabalhar e tem um determinado policial que é da região do Cariri [sul do Ceará] e ele tá aqui em Fortaleza e tem vontade de ir pra lá, então interfere nesse sentido, na maneira de transferir nos locais onde tem uma... Um local de trabalho melhor, que tenha gratificação, então ele utiliza da política pra poder remanejar determinados policiais para determinados locais de trabalho, então, ela [a PM] vai ficando fragmentada com relação a isso. (Trecho de entrevista com Soldado da polícia militar com 17 anos de profissão).

Como por exemplo, todo recebimento daqueles que são próximos de determinadas correntes políticas, eles têm a ascensão funcional mais rápida. Tem umas que esperam 10, 15, 20 anos pra receber uma promoção e não consegue e outros que recebem promoção mais rápida são porque são ligados a determinadas correntes políticas, né? (Trecho de entrevista com Soldado da polícia militar com 10 anos de profissão).

A transferência pode assumir um papel “positivo” na vida do sujeito, contudo ela necessita de um agenciamento político e moral para ser efetivada. Ademais, é uma prática considerada ilícita pelo corpo policial, uma vez que não atende ao interesse comum e sim ao de poucos. A troca de favores rege essas relações, segundo nossos interlocutores alem. Nesse caso, é posta de lado a questão do “mérito” ou da “bravura” e valorizada a vinculação por interesse. Por exemplo, com relação às licenças para tratamento de saúde (LTS), existe uma tensão. Principalmente por parte do comando da PMCE, que emite desconfiança ao apontar uma demanda por licença, realizando uma fiscalização excessiva, na visão dos policiais, por julgar que a maioria dos policiais que requisita esse serviço busca uma forma legítima para “matar”, cabular o dia de trabalho, procura um longo período de descanso ou usa essa situação para exercer um serviço paralelo, os “bicos”, que no Ceará foram analisados por Marco Silva (2010), autor que descreve as redes de poder ligadas ao trabalho informal que policiais realizam prestando segurança privada, e que são socialmente reconhecidos como fonte extremada de stress laboral pelos policiais.

É bem verdade que esta é uma prática existente não só na PMCE como em muitos outros tipos de trabalho, entretanto há uma queixa dos policiais de que aqueles que têm a licença concedida por motivos reais de adoecimento sofrem retaliações e passam à condição de suspeitos; além da vitimização, a suspeição. Quando se relaciona a licença com o tratamento de saúde, surge a rotulação de “louco” ou “enrolão” por parte de outros policiais. A suspeição faz com que o adoecimento policial seja classificado pelos próprios colegas de farda como uma forma de ludibriar os controles da corporação, uma loucura ou uma malandragem que se

diz loucura. Outra tensão parte dos próprios policiais, julgados pelo discurso médico como doentes. Muitos deles têm receio de buscar a licença, pois contam que quando voltam ao serviço geralmente são perseguidos e rotulados negativamente. Vejamos no trecho abaixo o que um dos nossos interlocutores expôs sobre essa questão:

Foi assim, eu não gostava de tirar LTS, certo, até porque eu me encontrava numa situação que eu não tinha o propósito de fazer aquilo por, digamos, por má-fé, né, eu não tava usando de má-fé pra mim [sic] levar alguma vantagem, até porque eu não levava vantagem nenhuma, eu tirava serviço na rua como qualquer outro policial, só que eu... havia uma divisão, eu conseguia mesclar, me disfarçar entre as pessoas, entre os colegas, entre os pares, né, uma hora eu pirava total, outra hora eu... No dia seguinte eu... Ou dois dias seguinte eu tava normal, trabalhando, até porque isso fazia parte de uma experiência minha, né, pra época, né, eu fazia isso, não, vamos dizer assim, de propósito, mas quando o propósito surgia pra isso, então eu me aproveitava da ocasião realmente pra determinadas experiências, que na verdade eu fui taxado como louco e tal, aquela coisa toda, aquele desagrado todo. (Trecho de entrevista com Cabo da polícia militar com 16 anos em exercício).

Assim como esse indivíduo, outros policiais militares relataram as dificuldades em efetivar suas licenças para tratamento de saúde. Há entre eles o receio de serem perseguidos e acabarem prejudicando suas carreiras dentro da corporação. No caso da tensão por parte do comando, podemos perceber o posicionamento da instituição a partir deste trecho retirado de uma reportagem publicada no Jornal *O Povo*, em 2012:

O coronel critica o atual modelo de afastamento por motivos de saúde, que mantém o salário do profissional. “É muito fácil (entrar em licença). Qualquer um chega se consulta e vem com uma ‘questão de ordem psicológica’. Queremos amparo legal para abrimos [sic] procedimentos e analisarmos cada situação”, explica Werisleik. (Jornal O Povo de 22/10/2012)

O proferimento público do Comandante Geral da Polícia Militar faz operar um discurso de poder que pretende fiscalizar a questão das licenças de saúde, sumarizando-as. Ocorre que, do ponto de vista do sujeito em crise, essa fiscalização é exercida no sentido de inspecionar e intimidar o policial e não para verificar sua real situação de saúde. Enfim, muitas são as hipóteses para compreender esse campo de lutas interpretativas que ainda está no contexto das organizações policiais militares.

### Considerações Finais

Foram narrativas sobre emoções, sentimentos e pensamentos dos próprios policiais militares que, etiquetados como indivíduos com “perturbações mentais”, passaram a guiar a trama dessas relações sociais. Tramas objetivadas por um conjunto institucional de práticas discursivas e não discursivas, de incorporação de relações de poder. As percepções dos atores sociais nos conduziram à observação das práticas narrativas e retóricas que, no contexto da interação entre policiais militares e profissionais de atendimento, são tratadas com uma questão em um campo de luta, no qual há processos de categorização simbólica no contexto cambiante da interação social, em que as práticas de sentido podem ser mapeadas como campo semântico e em sua dimensão pragmática, tal como dis-

cute, por exemplo, Veena Das (1999; 2011). Portanto, ao analisarmos essas narrativas de dor, sofrimento e adoecimento, representadas empiricamente pelos trechos das falas nativas que dispusemos ao longo do texto, podemos concluir que os policiais militares estão socialmente marcados pelos signos da ordem, da disciplina e da hierarquia, pela forma de experiência total que eles denominam “militarismo”, o que gera em sua existência social mais ampla um forte efeito de segregação socioespacial e sociocultural em face da pluralidade vigente na vida civil. Eles estão marcados por rituais de poder e situações de dominação que produzem nos quartéis uma submissão controlada, baseada na formação desses sujeitos assujeitados pela incorporação de práticas de ordem unida, pelo adestramento de forças corporais potentes e dóceis e pelo exercício da pronta obediência em uma cadeia de comando e obediência (FOUCAULT, 2002).

A gramática da vida policial militar está para a vida civil assim como o ascetismo do “sacerdócio” está para a vida mundana hedonista; essa é uma significação simbólica que faz parte de agenciamentos do universo social da própria corporação policial militar. É uma interpretação de uma interpretação nativa, portanto. Não é à toa que as duas imagens mais recorrentes nos usos simbólicos que constroem esse pensamento policial militar sobre sua autoimagem sejam as da “família” e a do “sacerdócio”, como definidoras da militarização de seu *ethos* (ELIAS, 1997). Os policiais militares falam simultaneamente de um corpo que se organiza como uma “família” e de um cotidiano que se assemelha àquele de um “sacerdócio”. Metáforas, mas também performances, que se entrecruzam e se confundem nessas caracterizações próprias ao modo de autointerpretação dos policiais

militares a respeito do sentido de suas existências como “filhos do Estado” (SÁ, 2002).

E como tais, o valor de suas vidas é erigido sob a promessa premente da autoimolação, do risco de morte, provocado pela promessa coletiva feita ao coletivo, enunciada publicamente em uníssono pelo corpo da tropa, quando dos eventos que caracterizam a cerimônia de investidura em defender o Estado até mesmo em prejuízo da própria vida. Essa cerimônia de “batismo”, enquanto sacramento de renascimento para um novo mundo (no caso o militar), é realizada ao final do processo formativo, antes dos policiais serem alocados no policiamento cotidiano das ruas. O corpo policial militar é investido na expectativa constante da morte e esse tema é um assunto corriqueiro, banal, cotidiano, mas repleto de carga dramática observada nas falas de policiais militares. Um tema que é objeto de variações culturais, sempre colocado como assunto principal nos rituais de poder na vida cerimonial da corporação (TAVARES DOS SANTOS, 1997). No processo de disciplinarização do corpo civil para o mundo policial militar, há também o processo de incorporação dos hábitos corporais, gestuais e simbólicos, exigidos pela instituição militar. Há por parte do sujeito uma assimilação e uma atualização de um *ethos* próprio ao soldado, semelhante a um *ethos* guerreiro modelado pela vida de soldado (ELIAS, 1997). Nessa idealização nativa, na projeção de um ideal de nós, cujo combate ao inimigo é o tema mítico principal, atributos como coragem e valentia são testados e postos à prova em episódios violentos em defesa da ordem social como tal, estando subjacente a essa forma de pensamento social. Como ressalta Tavares (1997), pode-se apontar no trabalho da polícia brasileira um limite que o distingue

do trabalho policial em outros países. No nosso caso, ele se relaciona ao “direito à vida”, estando sobre o limite de sua perda devido ao aumento da criminalidade rural e urbana. Em tal caso, a violência cometida por esses atores seria explicada (em parte) pela ameaça à sua vida: “Nessa perspectiva, o trabalho policial se realiza sempre na margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso” (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 162).

Nesse sentido, talvez o adoecimento do corpo do policial militar poderia ser lido como um desinvestimento das relações repressivas em que se encontra intrincado em sua vida cotidiana. Assim, alguns estudos sobre instituições policiais e suas atividades cotidianas trazem à tona o descompasso entre a imagem do policial como servidor público e a imagem de um ser repressivo, a serviço do poder (BRETAS, 1997; MUNIZ; PROENÇA JUNIOR, 1997). Os estudos nos mostram o “choque de realidade” que o policial sofre ao perceber que o trabalho ostensivo diário ultrapassa as normas aprendidas nas academias de formação (MUNIZ, 1999), e indicam também a carência de recursos materiais e humanos como problemas que permeiam as Polícias Militares do país. Frequentemente a polícia é alvo de críticas que trazem à tona acusações de sua inoperância.

De fato, como vimos nas narrativas dos militares, a problemática da formação policial é um assunto delicado, levando em consideração as tensões existentes sobre o que é concebido discursivamente e o que é exercido na prática cotidiana. Há que se considerar, também, as condições insalubres da formação e do próprio trabalho policial: repetição exaustiva dos serviços e tarefas padronizadas, impossibilitando

criatividade; a própria hierarquização e a doutrina militar, que moldam o indivíduo, dando-lhe rigidez no espírito de corpo que move a corporação; e, finalmente, a falta de reconhecimento e de perspectiva quanto ao crescimento profissional. Trata-se de reclamações pertinentes que provocam cicatrizes nesse tipo de profissional, como apontam Minayo e Souza (2003; 2008). Nas categorizações desses policiais militares em crise, a hierarquia e a disciplina, que nos discursos e práticas são reconhecidas como base organizacional da atividade policial militar, são temas elencados como propiciadores de adoecimentos. A individualidade nesse universo estaria ameaçada por tamanho sequestro.

É no processo formativo que esse sequestro é inicialmente operado. Os atos que o compõem são determinantes para a formação de *ethos* característico. É por intermédio desse processo formativo que é ensinado o que é *ser policial militar*. Desse modo, Jacqueline Muniz (1999) considera que a vivência, no mundo da caserna, imprime no sujeito marcas simbólicas, perceptíveis na expressão corpórea, no recurso à palavra e na forma de socialização. Leonardo Sá (2002) destaca que a mudança do mundo civil para o universo militar, observada por meio de futuros oficiais – os autointitulados como “elite” da corporação, que seriam as “cabeças” pensantes da corporação –, traz uma renúncia, pois a vida militar se faz em detalhes de controle da corporalidade, e não é fácil acostumar-se a esses controles que exigem “queimar ferro” e “ser cobrado” para que o indivíduo nela se habitue (SÁ, 2002, p. 101). No ponto de vista dos militares, essa é uma vida de renúncias, enunciada também pelos interlocutores de Leonardo Sá (2002) como um sacerdócio, baseado em noções amplas como

disciplina, compromisso, senso de missão, responsabilidade e legitimidade.

No campo das práticas cotidianas, o policial militar precisa ser capaz de intervir em diferentes situações, muitas delas emergenciais, envolvendo risco de vida. No ponto de vista desses indivíduos, o policial deve ser astuto para lidar com os imponderáveis que compõem a realidade do seu ofício, pois ele é cobrado pelos diversos setores da sociedade a atuar prontamente em meio às precárias condições de trabalho, e precisa aprender, sobretudo, a não se “enrolar” (BARBOSA; SÁ, 2014) no cotidiano das atividades e a “desenrolar” problemas relativos a relações de poder na instituição (BARBOSA, 2013). Se pensarmos sob a perspectiva militar, na qual essa docilização é operada para a manutenção do controle estatal da violência, perceberemos que essa justificativa é instrumentalizada pelos postos de comando institucional. Vários estudos apontam que a Polícia Militar, pelo menos no Brasil, desde sua fundação, tem condicionado o corpo do sujeito civil a uma vida militar, cuja disciplina e a hierarquia são bases estruturantes (CASTRO, 1990; MUNIZ, 1999; SÁ, 2002; THOMAZI, 2008).

Neste artigo, buscamos apresentar os resultados iniciais de nossas pesquisas sobre policiais militares em situação de atendimento clínico, afastados da corporação para tratamento de saúde, mas também o modo como a condição do policial militar, em torno das experiências do medo, do sofrimento e da dor, cria instabilidades nas categorizações simbólicas com as quais os policiais militares costumam definir a si mesmos. Entender os conflitos sociais apresentados por esses policiais é uma maneira de pensar o campo da segurança pública numa chave mais ampla da sociologia da violência e dos conflitos sociais (BARREIRA, 2008). Por fim,

compreender como são construídas essas categorizações sobre o trabalho policial, nos contextos de uso cotidiano do adoecimento e sofrimento policiais, é tentar levantar hipóteses que possam contribuir para gerar novas buscas e novos achados de campo que alimentem as discussões do campo de estudos da violência.

## Referências

BARBOSA, W. de F.; SÁ, . *Redefinição da condição de morador: reciprocidades conflituosas entre polícia e população no patrulhamento ostensivo da polícia Militar*. In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

BARBOSA, W. de F. *Enrolar, se enrolar e desenrolar: reciprocidades, envolvendo regimes de punição e 'accounts' nas interações cotidianas entre policiais e moradores*. In: Anais do 37º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2013.

BARREIRA, C. *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*. Fortaleza: UFC/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas: Pontes, 2008.

BARREIRA, I. A cidade do medo. In: (In) *Segurança e Sociedade*. São Paulo: Pontes, p. 87-103, 2011.

BECKER, H. *O outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIEHL, J. Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social - desejo. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 51, n. 2, p. 413-449, jan. 2008.

BOURDIEU, P. *Esquissed'unethéorie de la pratique*. Paris: ÉditionsduSeuil, 2000.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAGA, T. *Comando da Polícia Militar deixa regras mais rígidas*. *Jornal O Povo*. Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/06/10/noticiafortalezajornal,2254898/comando-da-policia-militar-deixa-regras-mais-rigidass.html>. Acesso em: 11 jun. 2011.

BRETAS, M. L. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, D. C. de; BARP, W. J. *Ambivalência e medo: faces dos riscos na Modernidade*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, n. 20, p. 20-47, jul./dez. 2008.

CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARDIA, N. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 249-265, maio de 1997.

CARRETEIRO, T. 2003. *Sofrimentos sociais em debate*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v14n3/a06v14n3.pdf> . Acesso em: 29 set. 2011.

CASTRO, C. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, E. V. de. O medo dos outros. *Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 54, n. 2, ago. 2012.

DAS, V. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, p. 9-41, dez. 2011.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 31-42, jun.1999.

DIAS, F. N. 2007. *Medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções*. Disponível em: [http://www.sociuslogia.com/artigos/O\\_Medo\\_enquanto\\_Emocao\\_Social.pdf](http://www.sociuslogia.com/artigos/O_Medo_enquanto_Emocao_Social.pdf) . Acesso em: 10 jun.2011.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

- ELIAS, N. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau-humor: atividade de atendimento público e prazer-sofrimento no trabalho. In: *Estudos de Psicologia*, v.6, n.1, p.93-104, 2001.
- FREITAS, G. J. de. **Ecossistemas da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Éditions Gallimard, 2011.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIDDENS, A. **A construção da sociedade**, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HERZFELD, M. **Anthropology through the looking-glass: critical ethnography in the margins of Europe**. New York: Cambridge University Press, 1987.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- LE GUILLANT, L. et al. (1956). A neurose das telefonistas. In: LIMA, M. E. A. (Org.). *Escritos de Louis Le Guillant*. Petrópolis: Vozes, p. 175-188, 2006.
- LEIRNER, P. de C. **Meia-volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MINAYO, C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- MINAYO, C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- MUNIZ, J. **Ser policial é, sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro. IUPERJ, 1999.
- MUNIZ, J. e PROENÇA JÚNIOR, D. **Administração Estratégica da ordem Pública. Lei e Liberdade**. Comunicações do Iser. Rio de Janeiro, 1997.
- OLIVEIRA, R. C. de. O Eu, suas identidades e o mundo moral: a liberdade do sujeito ético. In: OLIVEIRA, R. C. de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- ORTNER, S. **Anthropology and Social Theory: culture, power and the acting subject**. Durham, London: Duke University Press, 2006.
- PAIS, J. M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: ALMEIDA, M. I.; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SÁ, L. Ordem, silêncio e autoritarismo: incorporação e subjetivação da ditadura na história do presente. In: AVELINO, N.; FERNANDES, T. D.; (Orgs.), A. M. **Ditaduras: a desmesura do poder**. São Paulo; Brasília: Intermeios; Capes, 2015.
- SÁ, L. **Os filhos do estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.
- SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SILVA, M. **Agentes públicos na segurança privada: a configuração do "bico" na cidade de Fortaleza**. 2010. 126f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 9(1): 155-167, maio. 1997.

TAYLOR, C. O que é a agência humana? In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

THOMAZI, R. L. M. *A hierarquia e a disciplina aplicadas às instituições militares: controle e garantias no regulamento disciplinar da brigada militar*. 2008. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais). Faculdade de Direito, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

## RESUMO

Este artigo pretende discutir a condição social de policiais militares em fase de tratamento psicológico. Os sujeitos desta pesquisa estão em situação institucional de afastamento de suas funções laborativas para realização de atendimento clínico. O artigo está fundamentado em um trabalho de campo, no setor responsável pelo atendimento, e em entrevistas em profundidade com policiais militares, realizadas dentro e fora do contexto de interação simbólica no Centro Biopsicossocial da Polícia Militar do Ceará. Buscamos, neste caso, compreender como as experiências do medo, sofrimento e adoecimento são construídas por intermédio das percepções de nossos interlocutores. Deste modo, as narrativas policiais sobre o trabalho são explicitadas pela expressão simbólica do medo, entendido como produção social da indiferença, diante do jogo de atributos, segundo o qual coragem, valentia e a condição de “matador” se impõem sobre o destino social dessa categoria. Tal condição é refletida tanto pelo medo que provocam nas pessoas civis, enquanto “autoritários e violentos”, quanto pelo medo que sentem com o risco de perder a vida em ações violentas diárias. Quer-se, enfim, entender como esse sentimento perpassa o segmento social dos policiais militares, e de que forma seu significado moral e a maneira como se expressa, simbolicamente, revelam o funcionamento de um universo ocupacional, a partir de seus processos interativos, que levam ao adoecimento da pessoa na PM.

## PALAVRAS-CHAVE

Medo. Sofrimento. Adoecimento. Policiais Militares.

## ABSTRACT

This paper discusses the trajectories of Military Police officers of the Brazilian state of Ceará who are currently taking leave of absence for clinical assistance. Fieldwork research was conducted in the site where this assistance is provided, which made possible to undertake in-depth interviews during a context of interaction with professionals and military police officers inside the health facility. It aims to comprehend the modes in which experiences of fear, suffering and illness are constructed by symbolic categories shared by military police officers. Thus, police representations about work, life and family become explicit in their narratives of fear, revealing a social production of indifference in face of a game of attributes, according to which courage, bravery and the condition of “killer” impose themselves onto the social fate of this professional category – because of the fear provoked on civilians for being perceived as “authoritarian and violent”, as well as the fear originated on the risk of losing their lives in a violent manner while on duty. In short, it seeks to understand, through processes of interaction, how this sentiment pervades this social segment and the way in which its moral meaning and its symbolical expression unveil the functioning of the universe of an occupation.

## KEYWORDS

Fear. Suffering. Illness. Military Police Officers.

Recebido em: 27/03/15

Aprovado em: 21/10/15

